



Cira Arqueologia

N.º 7



Revista Cira Arqueologia n.º 7

O presente volume da Revista CIRA Arqueologia é a mais recente realização de um objetivo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira concretizado através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, a edição regular de uma revista de arqueologia.

Criada em 2012, esta publicação tem-se pautado pelo respeito de uma linha editorial coerente. Centrando-se numa primeira linha, na investigação das ocupações humanas pré-territas, sobre o território administrativo Municipal. Mas tendo presente, desde o primeiro volume, que as atuais fronteiras administrativas não existiam para períodos mais recuados, sendo necessário contextualizar de forma mais alargada. Analisando-se assim os sítios e as comunidades a uma escala mais ampla como a da península de Lisboa e Vale do Tejo.

A Revista CIRA Arqueologia tem vindo a assumir-se, como forma privilegiada de dar público conhecimento dos principais trabalhos desenvolvidos no âmbito das atividades do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX. Os sete volumes já produzidos atestam de forma eloquente a qualidade e a dinâmica do trabalho ali produzido.

Um dos papéis das autarquias portuguesas consiste no inventário e defesa do património que nelas se conserva e que herdou dos seus antepassados. O Município de Vila Franca de Xira tem na última década vindo a apostar de uma forma sustentada e consistente no conhecimento do seu passado. Prova desse empenho é a realização e atempada publicação da Carta Arqueológica do seu território, as sucessivas exposições de arqueologia patentes em diversos espaços e enquadramentos institucionais, assim como, nas sucessivas campanhas de escavações arqueológicas de investigação no sítio de Monte dos Castelinhos.

Esta publicação que muito nos apraz apresentar, é constituída por oito artigos em que participam catorze investigadores incidindo a sua temática desde a Idade do Bronze até ao século XVIII.

É de sublinhar os quatro artigos que assumem um cariz monográfico em torno dos trabalhos de escavação arqueológica conducentes à construção do Centro de Saúde de Alhandra. Obra importante para os cidadãos de Alhandra. Este espaço dedicado à Saúde, pelo qual hoje se acede de forma quase telúrica, pelo antigo portal da Ermida de São Francisco ligando-se assim o passado com a atualidade. Nestes estudos ora trazidos a público, documenta-se a pertinência que estas investigações tiveram na salvaguardar de património e de conhecimento, que de outra forma se tinha obliterado. Provando-se uma vez mais, que o CEAX não se limita a escavar e a “atrapalhar” as obras, mas antes pelo contrário que o seu trabalho é essencial para a construção de uma memória coletiva da nossa comunidade, comunidade essa de que estes ossos encontrados em Alhandra nos falam de forma tão direta e apelativa.

A VEREADORA DA CULTURA



MANUELA RALHA

➤ As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I - O sítio de Quinta de Meca

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX
UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS – UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA).

HENRIQUE MENDES

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX.

INÉS CONDE

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX.

NUNO FERREIRA

COLABORADOR - CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX.

RESUMO

No decurso da investigação da ocupação romana no baixo Tejo, particularmente nas imediações do Monte dos Castelinhos, destaca-se o sítio arqueológico da Quinta de Meca, localizado já no vale do rio Grande da Pipa.

Apresentando uma grande riqueza de vestígios arqueológicos, o sítio foi infelizmente alvo de trabalhos agrícolas intensos, resultando assim o nosso estudo na análise exclusiva dos materiais de superfície aí recolhidos. Esta metodologia permite, no entanto, discernir um local com ocupação romana consistente entre os séculos I d.C. e o V d.C.

A abundância de materiais arqueológicos existentes na área prospectada, a localização em terrenos férteis, privilegiados nas ligações fluviais e terrestres e com uma ligação visual ao Monte dos Castelinhos possibilita conjecturar que se trata de um sítio de exploração rural de alguma dimensão e diacronia, quem sabe, no futuro, uma intervenção arqueológica permita entender a sua complexidade.

ABSTRACT

In the context of the ongoing research of the Roman Occupation of the Tagus Valley, especially focused in the area surrounding Monte dos Castelinhos, the Quinta de Meca archaeological site stands out.

Situated in the valley of the river Grande da Pipa, known for its rich countryside, due to the intense farming the great bounty of archeological evidences comes entirely from survey. Despite this, the collected remains allow us to perceive a continual occupation of the site between the first and fifth century AD.

The abundance of the archeological materials on the surveyed area, its location on fertile grounds, the great connection to the land and river routes and all of this in viewing distance of Monte dos Castelinhos, suggests that this was an ancient Roman *villa* of some size and temporal presence. Perhaps in the future, further intervention may give us a better understanding of the site's full potential.

1. Introdução

O projeto de investigação MOCRATE – Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo, tem vindo desde 2008 a incidir a sua atenção na estação arqueológica de Monte dos Castelinhos. Trata-se, como temos tentado demonstrar, um sítio de enorme relevância científica e patrimonial, que assumiu um papel relevante na organização do povoamento no baixo vale do Tejo, pelo menos entre os séculos I a.C. e I d.C. (Pimenta, 2013 e 2015). Uma das premissas deste projeto foi desde o início o estudo do território e do povoamento romano em torno desta já emblemática estação ribatejana. Com este primeiro contributo almejamos encetar uma série de publicações que venham trazer a público um conjunto de espólios arqueológicos inéditos, depositados em reservas de Museus e em coleções privadas e que atestam as múltiplas diacronias de ocupação do espaço em redor da área de Vila Franca de Xira e Alenquer e onde desde o trabalho do Professor Alarcão ficou claro uma ampla e complexa rede de povoamento (Alarcão, 1988). De facto, ao analisar-se a cartografia do povoamento romano da península de Lisboa destacou-se claramente a densidade de ocorrências, nesta área. Aliás é com base nessa informação, coligida para a obra *Roman Portugal*, que foi sugerido que aqui fosse localizada a *Ierabriga* do itinerário de Antonino, ainda que sublinha-se: “Apesar da densidade de achados na região de Alenquer sugerir um núcleo urbano importante, nada até agora, nos permite supor uma cidade capital.” (Alarcão, 1988, p. 48).

Infelizmente, apesar deste precoce inventário, que tivemos oportunidade de rever e ampliar recentemente, (Pimenta e Domingos, 2015), nenhuma desta estações à exceção de Monte dos Castelinhos, foi alvo de escavações arqueológicas, pelo menos em moldes adequados. Restando-nos assim, a análise de espólios de natureza epigráfica, numismática, ou cerâmica recolhidos à superfície ou na sequência de trabalhos agrícolas.

Apesar de estarmos conscientes que a carência de contextos de recolha condiciona à partida algumas leituras, o estado da arte relativo ao estudo dos conjuntos cerâmicos de época romana, em particular os importados, permite estabelecer leituras bastante fiáveis e que numa última instância nos possibilita sentir o pulso às dinâmicas cronológicas e aquisitivas destas estações.

2. Enquadramento

O sítio arqueológico de Quinta de Meca encontra-se junto à povoação de Cadafais, no concelho de Alenquer e União de freguesias de Carregado e Cadafais (Figura 1). Implantado na margem esquerda do fértil vale do Rio Grande da Pipa, o sítio goza de uma relação visual direta com o Monte dos Castelinhos (ver figura 7).

O rio Grande da Pipa, apesar de atualmente se encontrar bastante assoreado, permanece como um importante afluente do rio Tejo, com caudais variáveis, ocupando a sua bacia uma área de cerca de 110 Km², propiciando desde a pré e proto-história uma via de penetração natural para a região de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras (Pimenta e Mendes, 2010-2011).

A Quinta de Meca desenvolve-se sobre solos de grande qualidade, de Classe A. Sendo ainda hoje o vale do rio Grande da Pipa uma área de forte implantação agrícola em particular de vinicultura.

A presença de vestígios de uma ocupação romana no sítio de Quinta de Meca, Alen-

quer, foi mencionado pela primeira vez, no início dos anos oitenta, na sequência de prospeções levadas a cabo por João Gomes e Barreto Domingos relacionadas com o levantamento da Carta Arqueológica de Alenquer (Pimenta e Domingos, 2015 p.129).

No âmbito dos trabalhos de levantamento do território conducentes à publicação da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, o sítio foi de novo visitado (Pimenta e Mendes, 20016). Este reconhecimento prendeu-se com o facto de que no acervo do Museu de Vila Franca de Xira, preservar-se um numisma visigótico que teria sido recolhido nesta área, entre a Quinta de Meca e a Quinta da Amendoeira, situada a algumas dezenas de metros do sítio em epígrafe mas já no território de Vila Franca de Xira. Trata-se de um Triente, do reinado de Viterico datado entre 603 a 610 d.C. cunhado em Mérida (Almeida, 1971, p.220).

Quando desta nova visita à Quinta de Meca, foi possível confirmar as observações proferidas nos anos oitenta do século passado, (ver Pimenta e Domingos, 2015 p.129), reconhecendo-se uma significativa dispersão de materiais cerâmicos de época romana, nomeadamente material de construção e cerâmicas de armazenamento. Em concreto, verificou-se que o sítio tinha sido alvo de trabalhos agrícolas recentes, tendo assim sido possível com anuência do seu atual proprietário, levantar a área ao longo da qual se verificava a presença de evidências do período romano, (ver figura 2). Estas desenvolvem-se em uma área bem delimitada e diga-se circunscrita, parecendo corresponder a uma estação que se deve encontrar bem preservada. Estas evidências desenvolvem-se ao longo de uma área de meia encosta ao longo da estrada Nacional N.º 115-4, sendo plausível que parte do sítio se encontre sob o casario aí existente nomeadamente um armazém junto à mencionada estrada. Foi possível registar a dispersão ao longo de 31 metros de comprimento por 27 de largura, calculando-se uma área, ainda assim significativa, de 837 metros quadrados. A presença de elementos pétreos afeiçoados a par de elementos de argamassa tipicamente romanos dispersos pela área, nomeadamente *Opus Signinum* (ver figura 2 a 6), permite supor a existência de estruturas de alguma dimensão. Contudo só a realização futura de trabalhos arqueológicos permitirá avaliar qual o seu estado de conservação. Lamentavelmente, quando da nossa visita, o sítio já se encontrava plantado com vinha nova, inviabilizando assim quaisquer tentativas de escavação.

Figura 1
Localização do sítio de Quinta de Meca, na Carta Militar 1: 25 000, Folha N.º 390.



Figura 2

Área de dispersão de materiais de época romana do sítio de Quinta de Meca, a partir de *Google Earth*.

**Figura 3**

Vista geral da área de dispersão de materiais de época romana. Fotografia João Pimenta.



Figura 4

Pormenor da dispersão de materiais de época romana. Ao centro elementos construtivos indicadores de eventuais estruturas subterradas. Fotografia João Pimenta.

**Figura 5**

Fragmento de bordo de *Terra Sigillata* Clara D da Forma Hayes 61A, recolhido à superfície. Fotografia João Pimenta.



Figura 6

Fragmentos de *opus signinum*, destruídos na sequência dos trabalhos agrícolas. Fotografia João Pimenta.

**Figura 7**

Vista do sítio de Quinta de Meca para o povoado de Monte dos Castelinhos. Fotografia Henrique Mendes.



3. Elementos de caracterização do sítio

Os dados disponíveis para o sítio de Quinta de Meca, reportam-se assim à falta de uma adequada leitura estratigráfica e planimétrica, aos elementos artefactuais recolhidos quer nos anos oitenta quer nas recolhas resultantes dos últimos trabalhos de prospeção que aí podemos realizar. A totalidade deste espólio encontra-se depositado nas reservas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Trata-se de um volume significativo de materiais, cerca de 150 fragmentos classificáveis, sendo estes essencialmente cerâmicos ainda que estejam presentes alguns elementos metálicos e pétreos.

3.1. Cerâmicas Finas Romanas

No conjunto de cerâmicas finas recolhido na Quinta de Meca destaca-se a “família” da *terra sigillata*, elementos materiais que comprovam no seu todo uma amplitude de ocupação do local entre os séculos I d.C. e o IV/V d.C., pelo menos.

Identificam-se sete fragmentos que, pelas características do fabrico apontam uma origem em *La Graufesenque* ou seu círculo, ainda que, seja apenas possível identificar do ponto de vista morfológico quatro das peças identificadas. A produção de *sigillata* do Sul da Gália adquiriu relevância a partir do reinado de Tibério e início de Cláudio, processo que se encontra assaz bem identificado no vale do Tejo (Viegas, 2003; Silva, 2012). Os números Q.M. 15 e Q.M. 23 correspondem a bocais da forma Drag. 18, o exemplar Q.M. 17 a uma taça Drag. 27, e o fundo Q.M. 18, a um prato de forma de difícil enquadramento. Estas produções tem uma diacronia centrada entre 15 e 120 d.C., Fig. 8.

A *Terra Sigillata* Hispânica encontra-se atestada pela presença de um fragmento de parede, Q.M. 31 que podemos atribuir à forma Drag. 15/17, com um fabrico que atribuímos a Andújar, com cronologia centrada entre 30 e 150 d.C. (Viegas, 2011), Fig. 8.

A *Sigillata* clara africana domina a amostragem entre as “cerâmicas finas” romanas, 23 exemplares com uma clara prevalência entre os fabricos mais tardios D, (14 exemplares), em relação aos fabricos C, (2 exemplares) e os A, (7 exemplares), (Hayes, 1972) Fig. 9.

A *Sigillata* Clara A encontra-se representada por três bordos da forma Hayes 14/16, Q.M. 16, Q.M. 25, Q.M. 504, e por um fundo que atribuímos ainda que com algumas cautelas à forma Hayes 27, (Hayes, 1972). Estas importações norte africanas encontram-se bem datadas de meados do século II até à primeira metade do século III d.C. (Bonifay, 2004).

As produções de *Sigillata* Clara C, proveniente da Bizacena Central (centro da Tunísia), encontram-se representadas por um bocal Q.M. 32 e um fundo Q.M. 28 da forma Hayes 50 (Hayes, 1972). Tendo esta forma a cronologia centrada entre 230/40-325 d.C. (Viegas, 2011).

Como acima referimos a *Sigillata* Clara D, prevalece entre o conjunto da terra *Sigillata* de produção norte africana, este é um elemento cronológico relevante sobre o sítio e suas ocupações, tendo este tipo cerâmico uma cronologia bem definida entre o início do século IV até aos finais do VI ainda que com algumas formas, ausentes neste conjunto, mas que podem entrar pelo século VII d.C. (Bonifay, 2004). Encontram-se presentes as formas Hayes 61 A – atestadas por um bordo, Q.M. 12; a Hayes 58 – por dois bocais, Q.M. 20, Q.M. 13 e dois fundos, Q.M. 30 e 29, e a Hayes 67, – por dois bocais, Q.M. 21, Q.M. 22, com cronologias centradas entre os finais do século IV inícios do V d.C.

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	Nº INV	
1	TSSG	La Graufesanque	Drag. 18	Bordo	15-120 d.C.	Q. Meca 15	
2						Q. Meca 23	
3			Drag. 27		15-110 d.C.	Q. Meca 17	
4			Drag. 18 (?)		I-II d.C.	Q. Meca 18	
5			Indet.			Parede	Q. Meca 63
6						Fundo	Q. Meca 18
7						Parede	Q. Meca 53
8	TSH	Andújar	Drag. 15/17			30-150 d.C.	Q. Meca 31
9	Sig. Clara A	Norte de África	Hayes 14/17	Bordo	Meados do século II - III d.C.	Q. Meca 16	
10						Q. Meca 25	
11						Q. Meca 504	
12			Hayes 27 ?	Fundo		Q. Meca 61	
13			Indet.	Parede		Q. Meca 505	
14						Q. Meca 506	
15						Q. Meca 507	

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	Nº INV		
16	Sig. Clara C	Norte de África	Hayes 50	Bordo	III-inícios do IV d.C.	Q. Meca 32		
17				Fundo		Q. Meca 28		
18	Sig. Clara D		Hayes 61A	Bordo	IV-inícios do V d.C.	Q. Meca 12		
19			Hayes 58			Q. Meca 20		
20						Q. Meca 13		
21			Hayes 67		finais do IV-V d.C.	Q. Meca 22		
22						Q. Meca 21		
23			Hayes 58		Fundo	IV-inícios do V d.C.	Q. Meca 29	
24							Q. Meca 30	
25							Q. Meca 60	
26							Q. Meca 56	
27							Q. Meca 501	
28							Indet.	Q. Meca 502
29								Q. Meca 55
30								Q. Meca 50
31								Q. Meca 48

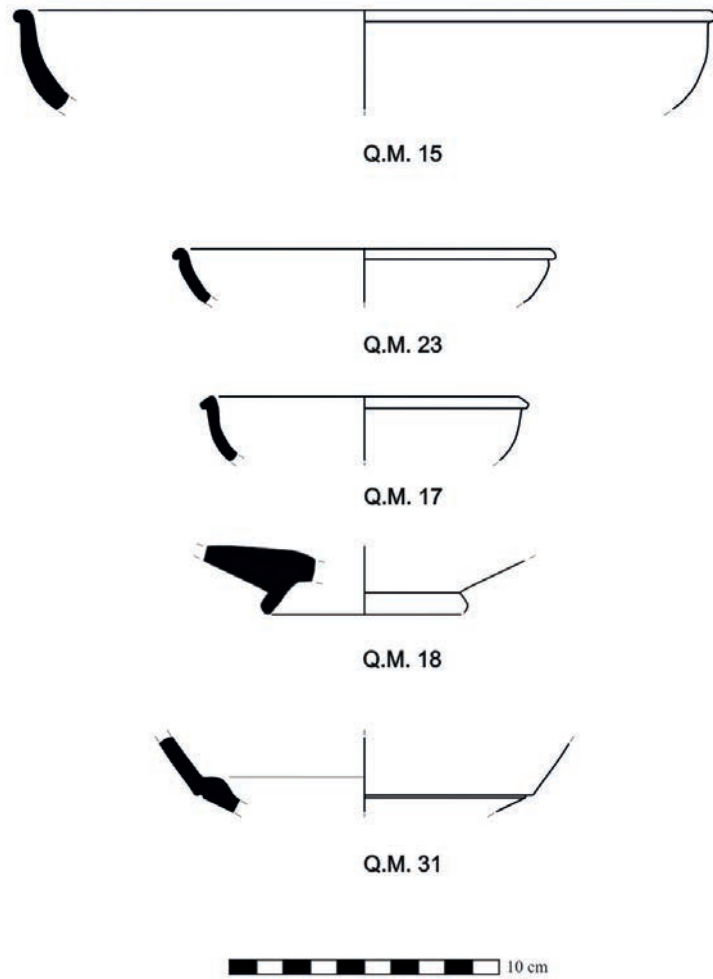
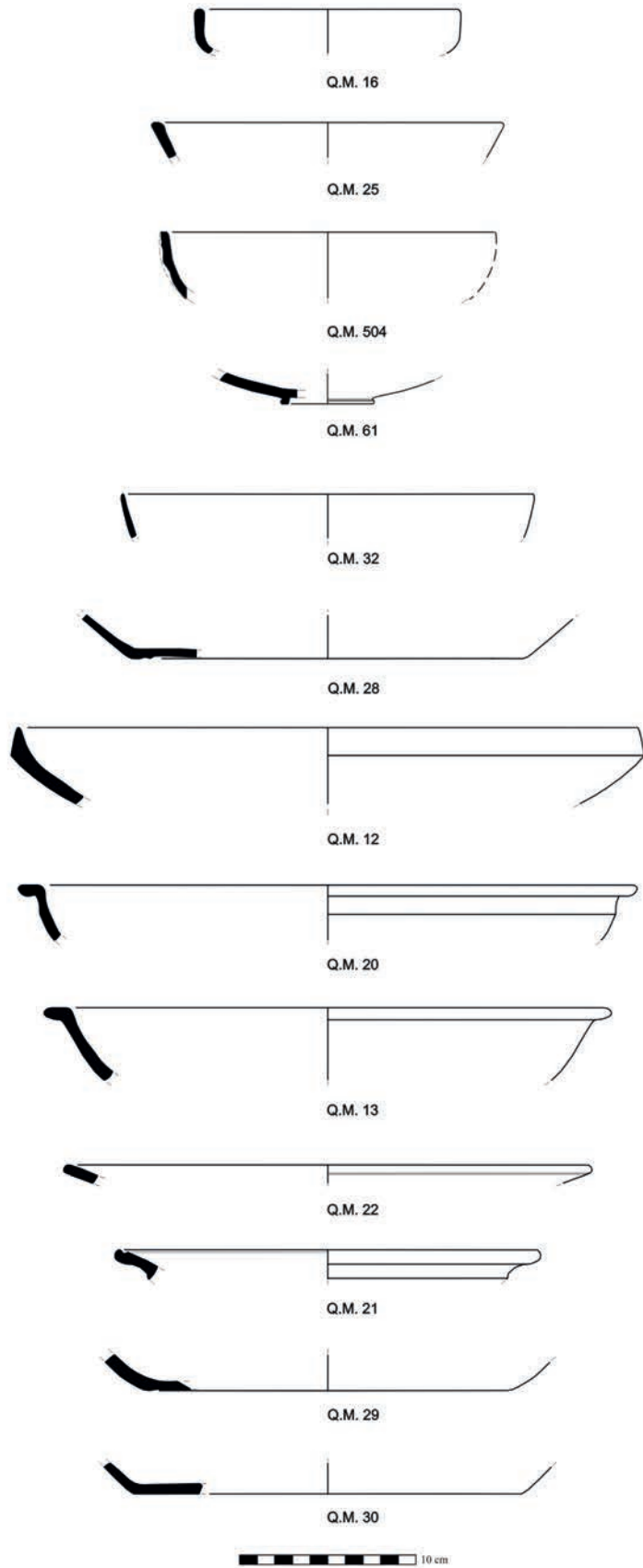


Figura 8
Fragmentos de *Terra Sigillata* do Sul da Gália e um exemplar Q.M. 31 de *Terra Sigillata* Hispânica.

Figura 9
Fragmentos de
sigillata clara africana.



3.2. Ânforas

Entre o conjunto de evidências materiais recolhidos em Quinta de Meca, os fragmentos de contentores cerâmicos destinados ao transporte e comercialização de produtos alimentares, encontra-se atestado por dezoito fragmentos de ânforas passíveis de ser classificáveis. Podemos desdobrar de forma genérica a amostragem em dois conjuntos distintos, os materiais alto-Imperiais, dez peças, e os restantes elementos que se integram já em época romana tardia.

O conjunto Alto Imperial é mais diversificado encontrando-se presentes importações oleícolas e piscícolas da vizinha província da *Baetica*, a par de contentores anfóricos de produção Lusitana, das olarias dos vales do Tejo/Sado.

Os contentores béticos estão representados por um bocal de ânfora Haltern 70 de produção do vale do Guadalquivir, Q. M. 7, ainda que reduzido à parte superior do lábio impedindo assim qualquer tentativa de atribuição cronológica com base nesse atributo (Carreras Monfort e Berni, 2016). Este tipo de ânfora era destinado ao transporte de derivados de vinho e produtos de conserva como azeitonas, tendo como principal destino os contingentes militares que se encontravam no Noroeste da Península Ibérica, bem como nos acampamentos da fronteira da Germânia, (Almeida, 2008). A difusão desta forma encontra-se bem atestada no vale do Tejo, tendo o estudo dos dados provenientes das escavações na antiga Alcáçova de Santarém demonstrado que o auge das importações de Haltern 70 se localize na primeira metade do séc. I d.C., (Almeida, 2008). No vizinho sítio de Monte dos Castelinhos, esta ânfora encontra-se bem documentada deste o último quartel do século I a.C. e em particular nos contextos de Augusto a Tibério (Pimenta e Mendes, 2018). De proveniência bética do vale do Guadalquivir surge um fragmento de colo com arranque de asa de ânfora Dressel 20, Q.M. 9, infelizmente sem a parte superior do bordo, o que nos impede uma atribuição cronológica mais precisa (Berni e Garcia Vargas, 2016). Este característico tipo de ânfora foi o contentor por excelência de exportação do azeite bético para os diferentes pontos do império entre o principado de Tibério e o terceiro quartel do século III d.C. (Berni e Garcia Vargas, 2016). A sua distribuição no território português permite algumas leituras interessantes nas dinâmicas de abastecimento, (Fabião, 1993-94), inserindo-se o presente sítio da Quinta de Meca em uma lógica de ambiente rural do tipo *Villa*, como os exemplos dos vizinhos sítios de Povos (Banha, 1992) ou de Sub-Serra (Batalha et Al, 2009). Em Monte dos Castelinhos a tradição de importação de contentores oleícolas do Guadalquivir é já antiga e remonta a finais da primeira metade do século I a.C. (Pimenta, 2015). Por último entre os contentores importados da *Baetica*, temos um bocal com fabrico da área costeira da província em concreto da baía Gaditana, Q. M. 3, que identificamos dentro da família das ânforas piscícolas Dressel 7/11, em concreto classificamos a peça em questão, ainda que com algumas hesitações, como da forma Dressel 11. Estamos conscientes que este modelo formal é normalmente conotado como uma forma de transição entre as Dressel 10 e as Beltrán IIB, (Garcia Vargas et Al., 2016), contudo a forma do lábio leva-nos a optar por esta classificação. As ânforas Dressel 11, apresentam a cronologia mais tardia dentro dos modelos da família das Dressel 7/11, com cronologias entre meados do século I d.C. e princípios do século II d.C. (Arruda, Viegas e Bargão, 2005).

Na fase alto-Imperial os contentores produzidos nas olarias dos vales do Tejo/Sado destinados ao transporte e comercialização dos preparados piscícolas Lusitanos, encontram-se bem representados por quatro bocais e duas asas da forma Dressel 14, e por um

fragmento de bordo de mais problemático enquadramento tipológico. Começando por este último, Q.M. 3, este invulgar exemplar encontra um bom paralelo num exemplar recolhido em Tróia, num contexto Tiberiano (Almeida, Burm, Magalhães, Pinto, 2016 p.176, fig. 4, n.º 2). Tendo em conta, a sua morfologia, os autores classificam o exemplar de Tróia, como da forma Dressel 7/11 de produção Lusitana. Classificação essa que mantemos para o exemplar em análise. Os restantes fragmentos de bocal que atribuímos a esta fase inserem-se, como referimos, na forma Dressel 14, podendo ser englobados nas suas variantes A – exemplar Q.M. 2, variante B - exemplar Q.M. 4 e Q.M. 5, e variante C – exemplar Q.M. 509 (Fabião, 2004; Raposo e Viegas, 2016).

O conjunto do baixo-império é menos representativo, sendo constituído por quatro fragmentos de bocal e duas asas de ânforas de preparados piscícolas Lusitanas da forma Almagro 51C, e um fragmento com arranque de asa e uma parede possivelmente de um mesmo contentor de difícil classificação, mas que atribuímos, face à sua análise macroscópica, a uma ânfora de proveniência no mediterrâneo oriental do tipo Late Roman Amphorae 5 (LRA 5) de produção na faixa da Palestina.

As ânforas Almagro 51C correspondem a um contentor de menor dimensão e capacidade do que a sua antecessora Dressel 14, mas com um enorme sucesso, dominando a produção das olarias Lusitanas, durante o Baixo-império, encontrando-se a sua produção datada entre os séculos III e V d.C., podendo mesmo entrar ainda pelo século VI d.C. (Viegas, Raposo e Pinto, 2016).

Os contentores designados LRA 5 correspondem a uma morfologia globular de bordo vertical e base arredondada, destinados ao transporte de Azeite e do afamado vinho da Palestina (Remolà Vallverdú, 2013). A sua presença encontra-se bem documentada em níveis da segunda metade do século V d.C. em Marselha e em *Tarraco* em contextos do século VI d.C. (Remolà Vallverdú, 2000). A presença de um exemplar de ânfora Oriental do tipo LRA 5 em Quinta de Meca é um dado relevante e inesperado, tendo presente que importações orientais de época tão tardia são raras.

O aumento da importação de ânforas de produção no mediterrâneo oriental é um fenómeno comum em diversas cidades portuárias do ocidente a partir de meados do século V d.C. (Remolà Vallverdú, 2000). Chegando a par de outros produtos com a mesma proveniência, por exemplo as cerâmicas finas do tipo Late Roman C, que se deverão integrar nas mesmas rotas comerciais (Morais, 2005). Apesar de aparentemente a sua distribuição no território actual português se encontrar escassamente atestada, esta leitura poderá ser enganadora, sendo mais o resultado do desinteresse pelo estudo dos contextos da antiguidade tardia e da facilidade com que se colocam de lado materiais de difícil classificação (Pimenta e Fabião, no prelo). Prova desse facto, é que recentemente estes contentores têm começado a ser identificados, no âmbito de estudos monográfico e de revisão de materiais antigos desde de Braga ao Algarve (Morais, 2005, Silva e De Man, 2012, Almeida et Al., 2014).

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	
1	Bético/ Guadalquivir	Haltern 70	Fragmento de bordo	Séc. I a.C./I d.C.	Q. Meca 7	
2		Dressel 20	Fragmento de asa	Séc. I-II d.C.	Q. Meca 9	
3	Bético/Costa	Dressel 11		Séc. I a inícios do III d.C.	Q. Meca 3	
4	Lusitânia - Tejo/Sado	Dressel 14	Fragmento de bordo	Séc. I-II d.C.	Q. Meca 1	
5					Q. Meca 5	
6					Q. Meca 2	
7					Q. Meca 4	
8					Q. Meca 509	
9					Q. Meca 10	
10						Q. Meca 508
11						Q. Meca 8
12						Q. Meca 510
13		Almagro 51C	Fragmento de bordo	Séc. III-V d.C.	Q. Meca 511	
14					Q. Meca 6	
15					Q. Meca 512	
16					Q. Meca 513	

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA
17	Oriente	LRA 5	Fragmento de Asa	Séc. V/VI d.C.	Q. Meca 514
18			Fragmento de Bojo		Q. Meca 515

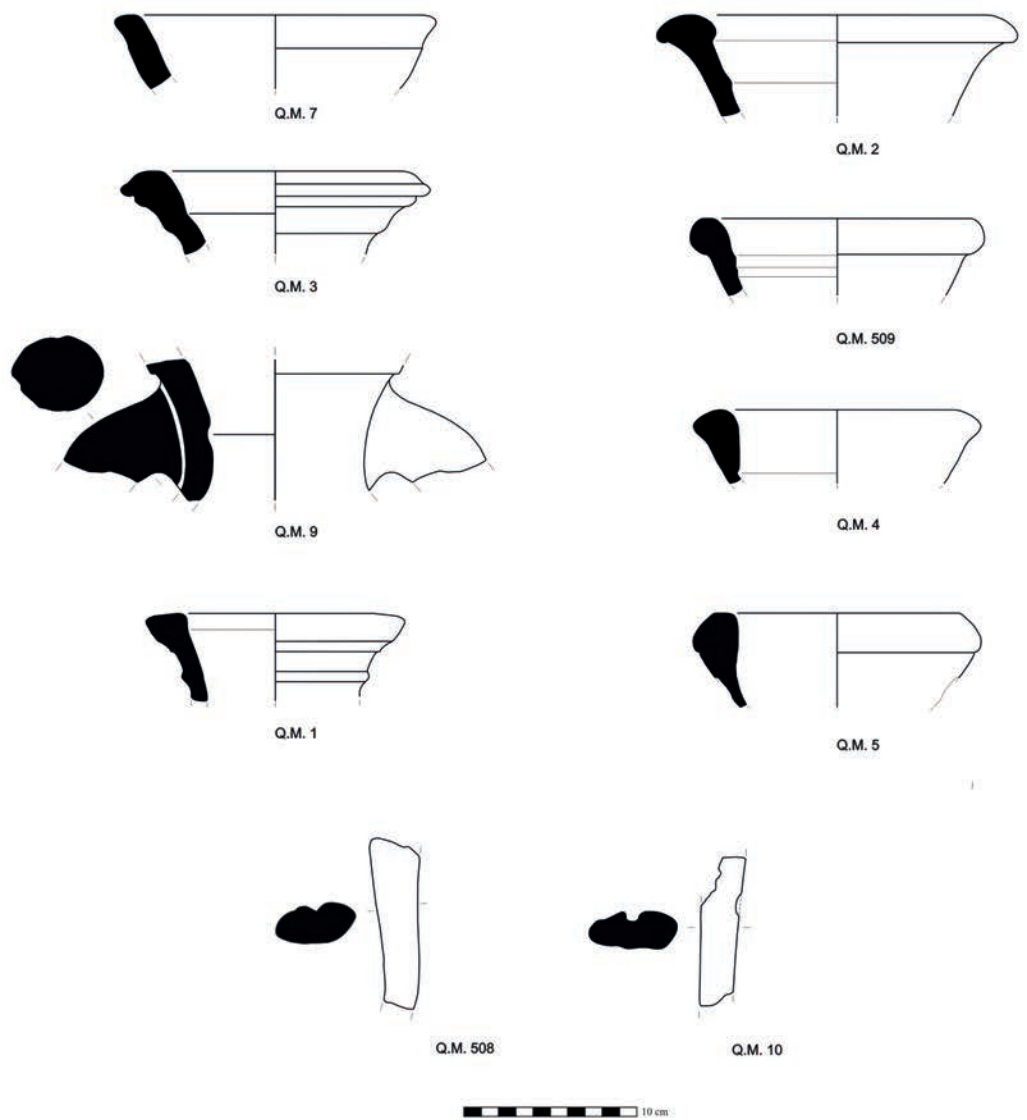
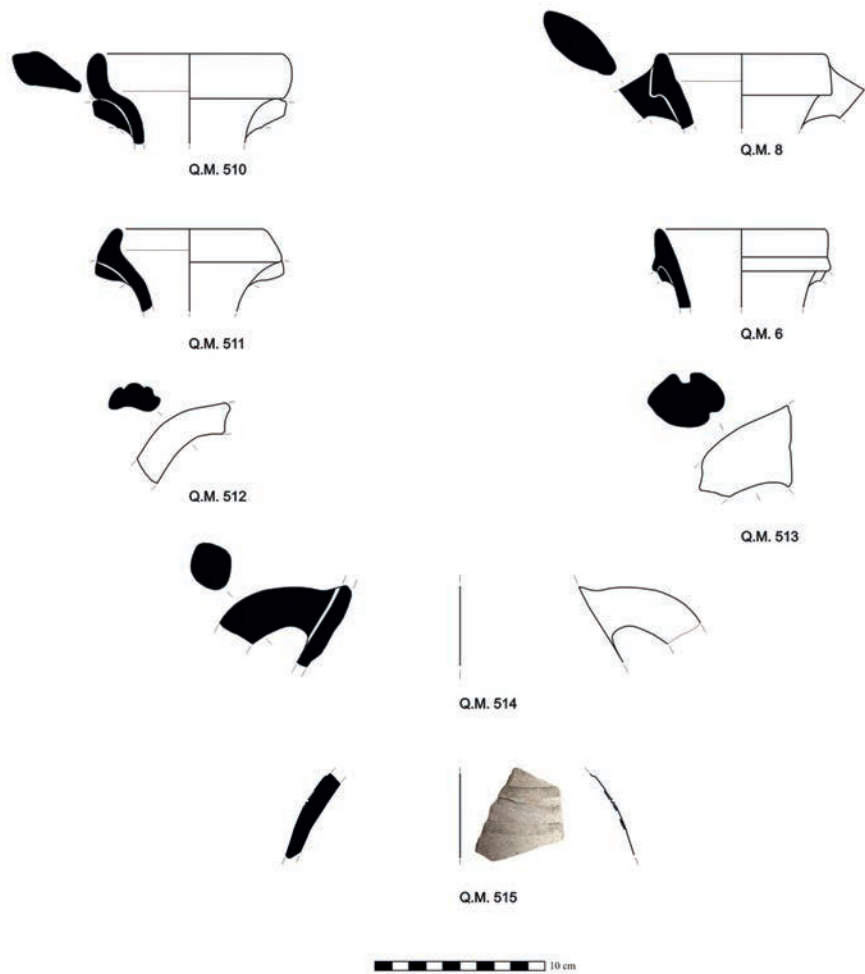


Figura 10
Fragmentos de
ânforas romanas
importadas e de
produção Lusitana.

Figura 11
Fragmentos de
ânforas romanas de
produção Lusitana e
dois exemplares de
provável importação
oriental Q.M. 514 e
Q.M. 515



5.3. Cerâmica Comum

Como em qualquer sítio coetâneo as cerâmicas de utilização quotidianas, ditas comuns são o grupo mais numeroso. Este grupo é extremamente diversificado refletindo uma diversidade de proveniências e de morfologias. A sua presença pautava o quotidiano e encontra-se ligada a práticas de higiene, preparação e confeção de alimentos, armazenamento e transporte. O seu estudo permite vislumbrar a cultura, hábitos e tradições das populações locais (Pinto, 2003).

Apesar de globalmente, o conjunto das cerâmicas comuns, encontrar-se dominado por produções de cariz regional ou local. Algumas das peças são importadas. Entre a amostragem em análise, destaca-se três peças, que face à análise dos seus fabricos e à sua morfologia característica, permitem algumas considerações.

Trata-se de um bordo de tijela e duas asas de bilha evidenciando uma pasta clara calcária atribuíveis a uma produção bética, tendo em conta a sua similitude com as pastas das ânforas com a mesma proveniência (Pinto e Morais, 2007). A peça Q.M. 524 (fig. 14) corresponde a um bocal de tigela. Esta forma encontra-se presente em contextos do período romano republicano até ao período de Tibério (Pinto e Morais, 2007, p. 241). No vizinho sítio de Monte dos Castelinhos estas tigelas encontram-se particularmente bem representadas. As restantes peças, Q.M. 525 e 526 (fig. 14), correspondem a asas verticais,

possivelmente de bilhas.

Como referimos o restante conjunto é dominado por peças cujo fabrico evidencia uma proveniência local ou regional no baixo Tejo, que individualizámos em três grupos, na sequência do recente trabalho de estudo das cerâmicas comuns da *Villa* romana de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 89):

Grupo 1 – Caracteriza-se por pastas de matriz não-calcária de cor castanho alaranjado com textura variável, variando entre o castanho avermelhado (Muns.2.5YR 6/6) e o castanho (Muns. 5YR 6/4). A dureza é frequentemente branda. Os elementos não plásticos são abundantes e compostos por quartzos subarredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída.

Grupo 2 – Pastas de matriz caulínica de cor bege ou branca (Muns.7.5YR 8/1), com uma textura fina. A dureza é geralmente branda. Os elementos plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a reduzida, palhetas de moscovite pequenas e elementos rochosos angulosos ou subarredondados de coloração avermelhada de dimensão muito pequena.

Grupo 3 – Pastas que eventualmente misturam as matrizes não-calcária e caulínica (Grupos 1 e 2). A coloração centra-se nas gamas dos rosados, bege rosado a rosa avermelhado (Muns. 7.5YR 7/4). A textura varia entre a fina e a média e dureza entre branda e muito dura. Os elementos não plásticos são compostos por quartzos subarredondados de dimensão variável, palhetas de moscovite pequenas com uma presença média e nódulos avermelhados que podem corresponder a minerais ferruginosos ou cerâmica triturada, com uma frequência geralmente reduzida.

O princípio metodológico seguido para a análise do conjunto de cerâmica comum de produção local/regional, tem como base o estudo tipológico de cariz monográfico em torno de um dos centros oleiros conhecidos do Baixo Tejo, a olaria romana da Quinta do Rouxinol, (Santos, 2011).

O grupo dos pratos encontra-se bem representado: o exemplar Q.M. 518 (fig. 12) enquadra-se no Tipo 1.2.3.3. da olaria da Quinta do Rouxinol, onde surge em contextos da segunda metade do século IV, inícios do século V d.C. (Santos, 2011, p. 59). O fragmento Q.M. 523 (fig. 12) enquadra-se no Tipo 1.1.3.2. presente tanto nos contextos tardios, século IV/V d.C. como em níveis do século II/III d.C. (Santos, 2011, p. 54). Esta característica morfológica encontra-se igualmente presente em São Cucufate, em todos os horizontes (Pinto, 2003, p. 191), assim como no Alto da Cidreira (Nolen, 1988, p. 133) e mais perto na *Villa* de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 92). Os restantes fragmentos de pratos, Q.M. 518 e Q.M. 519 (fig. 12), são de mais difícil atribuição dentro da tipologia que temos vindo a seguir.

O fragmento de almofariz Q.M. 517 (fig. 12) identifica bons paralelos com o Tipo 1.5.1.1, encontrando-se presente em contextos da segunda metade do século IV e inícios do V d.C. na olaria da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 70). Este tipo de Almofariz está igualmente presente em contextos de época tardia em São Cucufate (Pinto, 2003, p. 269) e em Conímbriga (Alarcão, 1975, p. 115).

O alguidar Q.M. 520 (fig. 12) tem bons paralelos com o Tipo 1.6.4.3 da Tipologia que temos vindo a seguir encontrando-se aí presente em contextos a segunda metade do século IV e inícios do V d.C. (Santos, 2011, p. 73).

Recolheu-se em Quinta de Meca dois fragmentos de bocal de tigela de bordo voltado para o exterior com aba escalonada, exemplares Q.M. 521 e Q.M. 522 (fig. 12), que se podem identificar com o Tipo 1.3.4.9 da olaria de Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p.

66). Tratam-se de peças que surgem em níveis de época tardia na olaria do Seixal. Esta morfologia parece inspirar-se no modelo norte Africano Hayes 67, forma que se encontra datada entre 360 a 470 d.C. (Santos, 2011, p. 66). Ainda no campo das tigelas, identifica-se na presente amostragem um exemplar desta forma de bordo direito boleado com parede carenada Q.M. 527 (fig. 14) que se identifica com o Tipo 1.3.2.2 da tipologia da olaria Seixalense (Santos, 2011, p. 61). Surgindo aí em contextos centrados entre a segunda metade do século III a inícios do V d.C. (Santos, 2011, p. 61).

Os recipientes de ir ao lume designados como tachos são uma das formas mais comuns nos contextos de época romana. Na Quinta de Meca, encontram-se representados por quatro fragmentos de bocal, Q.M. 546, Q.M. 547, Q.M. 548 e Q.M. 549, (fig. 14). A morfologia aqui atestada pode integrar-se no Tipo 2.1.4.3 da olaria da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 77), onde evidencia uma cronologia do Baixo-Império. Formas idênticas encontram-se bem documentadas no vale do Sado, na olaria do Pinheiro (Mayer e Silva, 2009, p. 90), assim como no vale do Tejo na *Villa* de Alto da Cidreira (Nolen, 1988, Est. V), *Villa* de Freiria (Cardoso, 2015, p. 418) e em Povos (Grilo e Santos, 2016-2017).

No presente conjunto, o grupo dos potes/panelas são uma das formas mais comuns representada encontrando-se atestados por quinze exemplares, correspondendo a um número mínimo de treze indivíduos. O exemplar Q.M. 529 (fig. 14) corresponde a um exemplar bem preservado mas de difícil enquadramento entre o conjunto da olaria da quinta do Rouxinol, este tem bons paralelos entre o conjunto da cerâmica comum do sítio de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, Fig. 7). Os exemplares Q.M. 530, Q.M. 531, Q.M. 532, (fig. 14) inserem-se no Tipo 2.2.4.1 é uma das formas mais representadas na olaria da Quinta do Rouxinol com cronologias entre o século II e o V d.C. (Santos, 2011, p.77). Encontrando-se esta forma bem atestada quer nas necrópoles do Alto Alentejo (Nolen, 1985, Est. XLII), na *Villa* de São Cucufate (Pinto, 2003, p. 348), na *Villa* Romana do alto da Cidreira (Nolen, 1988, p. 100), na *Villa* de Freiria (Cardoso, 2015, p. 415), no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros em Lisboa (Amaro, Bugalhão e Sabrosa, 1996, p. 214), na olaria do Porto dos Cacos, (Raposo e Duarte, 1996, p. 265) e na *Villa* de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 100). As peças Q.M. 533 e Q.M. 534 (fig. 14) evidenciam bordo vertical boleado, colo curto e corpo de tendência globular, e encontram-se bem documentadas em contextos do século I d.C. Potes/panelas com esta morfologia encontram-se bem atestados no contexto alto-imperial da Rua dos Remédios, em Lisboa (Silva, 2015), no contexto [9033] da Praça da Figueira, Lisboa (Silva, Nozes e Miranda, 2015), e na necrópole da Rua dos Correeiros (Bugalhão, Arruda e Sousa, 2013). Um exemplar completo desta forma encontra-se atestado nos níveis alto Imperiais da *Villa* de Povos, Tipo aí identificado como 2.2.6.1. (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 100). Os bocais Q.M. 535 e Q.M. 536 (fig. 14) apresentam lábio apontado ou arredondado mais ou menos vertical que possivelmente enquadria uma tampa, correspondem ao Tipo 2.2.4.4 da cerâmica comum da *Villa* de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 101). Na estratigrafia deste sítio arqueológico esta peça surge em níveis da fase II, encontrando-se igualmente atestada nos contextos olisiponenses de época Cláudio-Neroniana (Silva, 2015, fig. 7, n.º 124, 148, 425) e no baixo Tejo, na olaria do Porto do Sabugueiro (Cardoso e Rodrigues, 1996). Os restantes exemplares Q.M. 537, Q.M. 538, Q.M. 539 e Q.M. 540 representados na figura 14 e as peças Q.M. 550, Q.M. 551 e Q.M. 552 da figura 13 que se apresentam são de mais difícil enquadramento cronológico, ainda que peças idênticas surgem em contextos romanos do vale do Tejo. Por último temos de sublinhar a recolha de um exemplar de pote/panela, Q.M. 553 (fig. 13), que se apresenta deformada e que parece corresponder

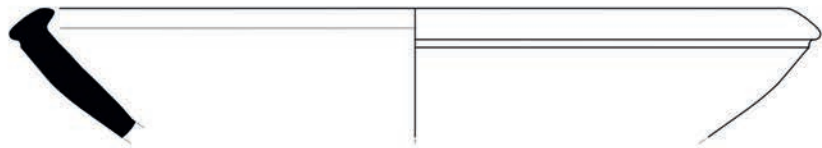
a um falho de cozedura. Poderemos aqui ter um vestígio documental de uma eventual produção de cerâmica comum no sítio de Quinta de Meca. A produção cerâmica na área do Vale do rio Grande da Pipa, encontra-se bem atestada com a presença de fornos de cronologia romana destinados à produção oleira quer a norte (forno da Quinta de Santo António – Sabrosa et al. 2012) quer a jusante da estação em análise (forno da Quinta da Granja – Sabrosa et al. 2012 e forno da Pipa – Pinto, 2012).

A categoria dos potinhos, encontra-se escassamente atestada, individualizando-se porém dois fundos, Q.M. 544 e Q.M. 545 e um fragmento de bojo com arranque de asa Q.M. 543 (fig. 14), que inserimos nesta forma ainda que não seja fácil a sua inserção cronológica. Os recipientes destinados ao transporte e serviço de líquidos encontram-se igualmente pouco representados tendo apenas sido possível identificar um bocal com arranque de asa Q.M. 541 (fig. 14) e três asas que podem ser interpretadas como de jarros ou bilhas Q.M. 542, Q.M. 554 e Q.M. 555 (fig. 14). A forma mais abundante na presente amostragem é a dos *Dolia*, estes grandes recipientes cerâmicos destinavam-se ao armazenamento de produtos alimentares, ainda que, seja igualmente licito associá-los a contextos de uso oficial. A sua cronologia é difícil de aferir visto a longa duração destes contentores perdurando ao longo de todo o período romano (Alarcão, 1975). Em Quinta de Meca, recolheram-se catorze fragmentos de bocais dos quais apresentamos graficamente sete exemplares na figura 15, que podem englobar-se na variante de bordo contracurvado e um (Q.M.567, figura 16) da variante de bordo voltado para o exterior e que encontra paralelos bem datados em Conímbriga, onde *Dolia* similares surgem em níveis do século V d.C. (Alarcão, 1975, p. 71-73, est. XIV-XV). Assim como dois fragmentos decorados, um com linhas zigzagueantes que poderiam eventualmente ter um cariz epigráfico ainda que não seja claro a leitura, talvez um E e um N – EN, (Q.M. 563, fig. 16), e um com duas linhas paralelas que parecem aplicadas por marcas de corda na argila ainda fresca, (Q.M. 564, fig. 16). Por último encontram-se bem atestadas as Tampas (fig. 18). As tampas são acessórios usados para cobrir os recipientes, como os tachos das panelas, por norma têm a forma de um prato ou de uma tigela invertida bem como, uma pega (Santos, 2011, p.50). As formas de tampa aqui detetadas encontram paralelos no Tipo 4.1.1 da Quinta do Rouxinol, com uma cronologia dos finais do século II à segunda metade do IV d.C. (Santos, 2011, p. 102).

N.º	Fabrico	Tipologia	Descrição	Cronologia	N.º Inv		
1	Bético	Tijela	Bordo	Séc. I a.C. a I d.C.	Q. Meca 524		
2		Bilha	Asa		Q. Meca 525		
3					Q. Meca 526		
4	Regional - Grupo 1	Prato	Bordo	?	Q. Meca 518		
5					Q. Meca 519		
6					Séc. II-V d.C.	Q. Meca 523	
7				Séc. IV-V d.C.	Q. Meca 518		
8		Almofariz			Q. Meca 517		
9		Alguidar			Q. Meca 520		
10				Q. Meca 521			
11		Tijela		Q. Meca 522			
12				Q. Meca 527			
13		Tacho			Séc. III-V d.C.	Q. Meca 546	
14						Q. Meca 547	
15						Q. Meca 548	
16						Q. Meca 549	
17						Q. Meca 550	
18				Séc. II-V d.C.	Q. Meca 551		
19				Bojo	?	Q. Meca 552	
20						Q. Meca 528	
21					Séc. II-V d.C.	Q. Meca 529	
22						Q. Meca 530	
23		Regional - Grupo 3				Q. Meca 531	
24		Regional - Grupo 1		Pote/panela	Bordo	Séc. II-V d.C.	Q. Meca 532
25							
26			Séc. I d.C.			Q. Meca 534	
27			Séc. I-II d.C.			Q. Meca 535	
28						Q. Meca 536	
29			?			Q. Meca 537	
30						Q. Meca 538	
31						Q. Meca 539	
32						Q. Meca 540	
33			Bordo deformado			Q. Meca 553	
34			Jarro/Bilha			Bordo	Q. Meca 541
35			Asa	Q. Meca 542			

Nº	Fabrico	Tipologia	Descrição	Cronologia	N.º Inv	
36	Regional - Grupo 3	Potinho	Bojo e asa	?	Q. Meca 543	
37	Regional - Grupo 2		Fundo		Q. Meca 544	
38	Regional - Grupo 1				Q. Meca 545	
39	Regional - Grupo 2	Jarro/Bilha	Asa		Q. Meca 555	
40					Q. Meca 554	
41	Regional - Grupo 1	<i>Dolium</i>	Bordo	Séc. I-V d.C.	Q. Meca 556	
42					Q. Meca 557	
43					Q. Meca 558	
44					Q. Meca 559	
45					Q. Meca 560	
46					Q. Meca 561	
47					Q. Meca 562	
48					Q. Meca 567	
49					Bojo decorado	Q. Meca 563
50						Q. Meca 564
51					Fundo	Q. Meca 565
52						Q. Meca 566
53		Q. Meca 574				
54		Tampa	Bordo	Séc. II-IV d.C.	Q. Meca 568	
55					Q. Meca 569	
56					Q. Meca 570	
57					Q. Meca 571	
58					Q. Meca 572	
59					Q. Meca 573	

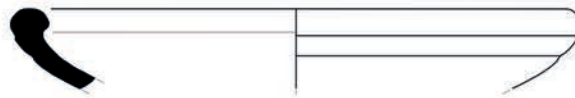
Figura 12
Cerâmica comum romana: Pratos, Almofarizes, tijelas e alguidares.



Q.M. 516



Q.M. 517



Q.M. 518



Q.M. 519



Q.M. 520



Q.M. 521



Q.M. 522



Q.M. 523



Figura 13
Cerâmica comum romana: Tachos,
Potes/panelas.

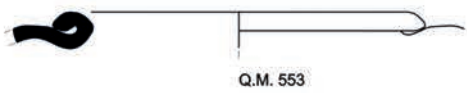
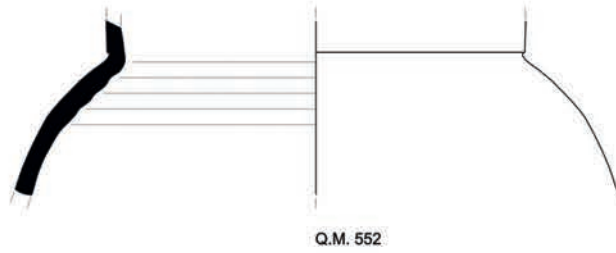
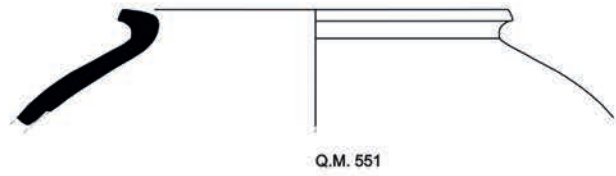
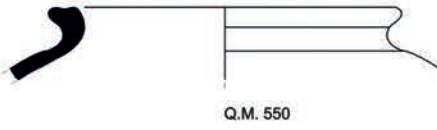
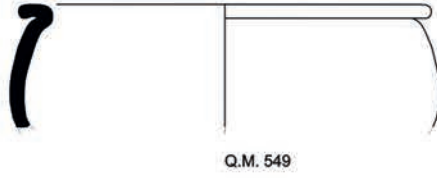
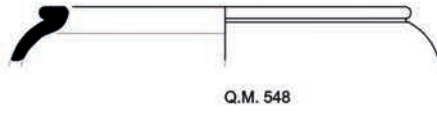
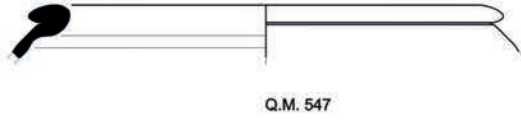
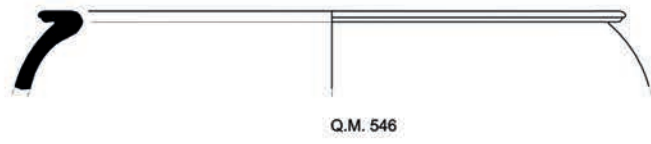


Figura 14

Cerâmica comum romana: Potes/panelas, potinhos, jarro/bilha e tijelas.

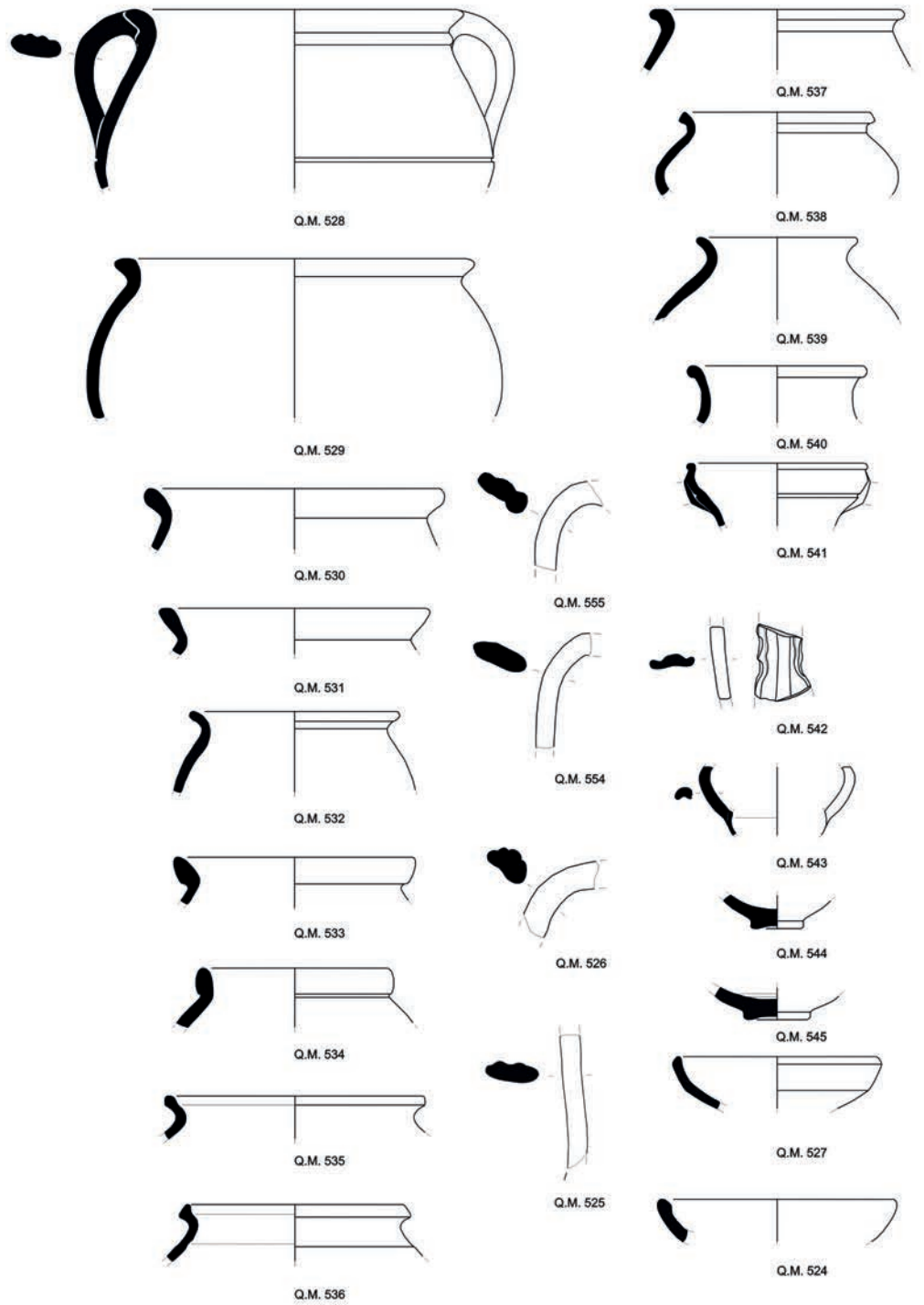
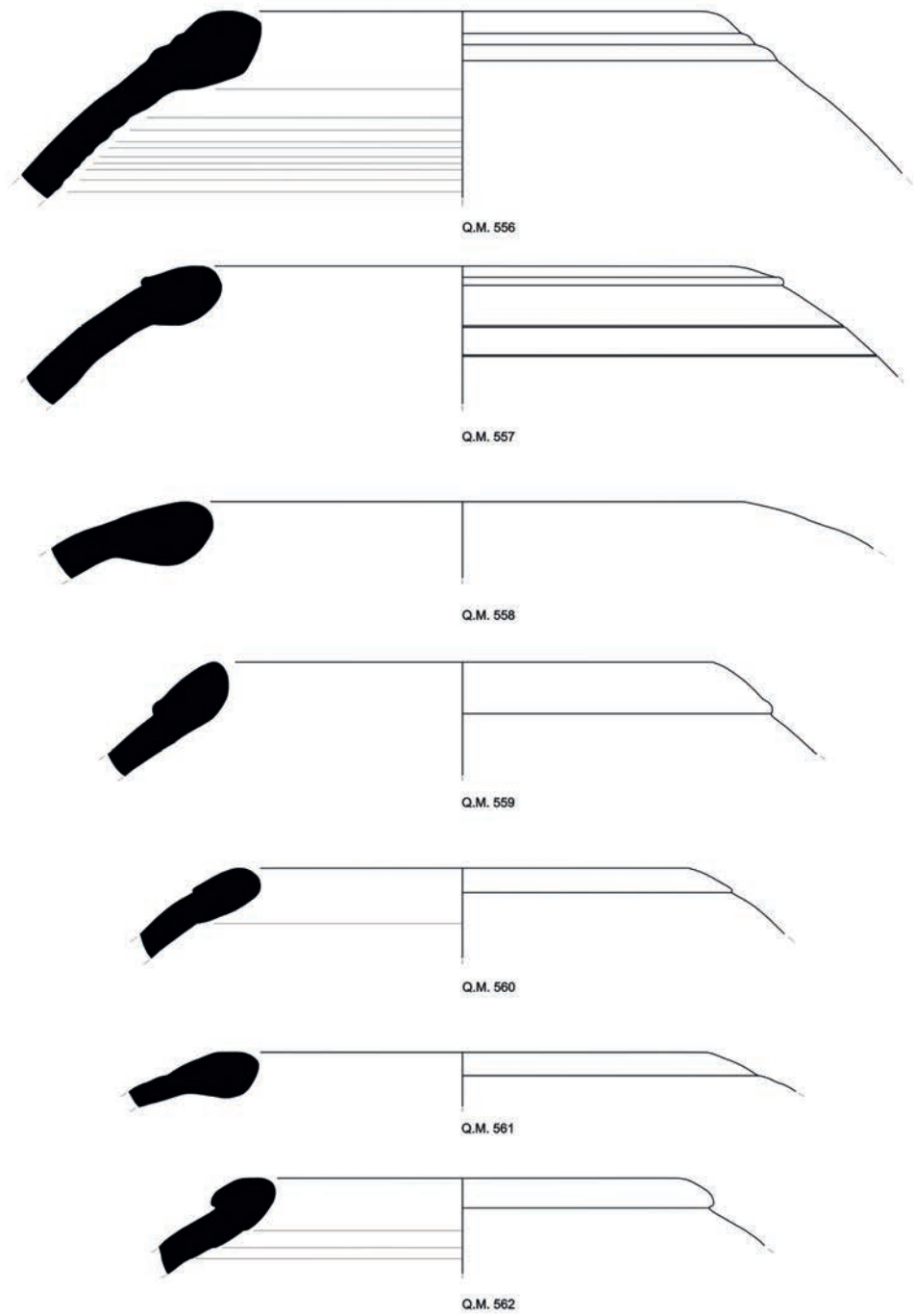


Figura 15
Cerâmica comum romana: *Dolia*.



10 cm

Figura 16
Cerâmica comum romana: *Dolia*.

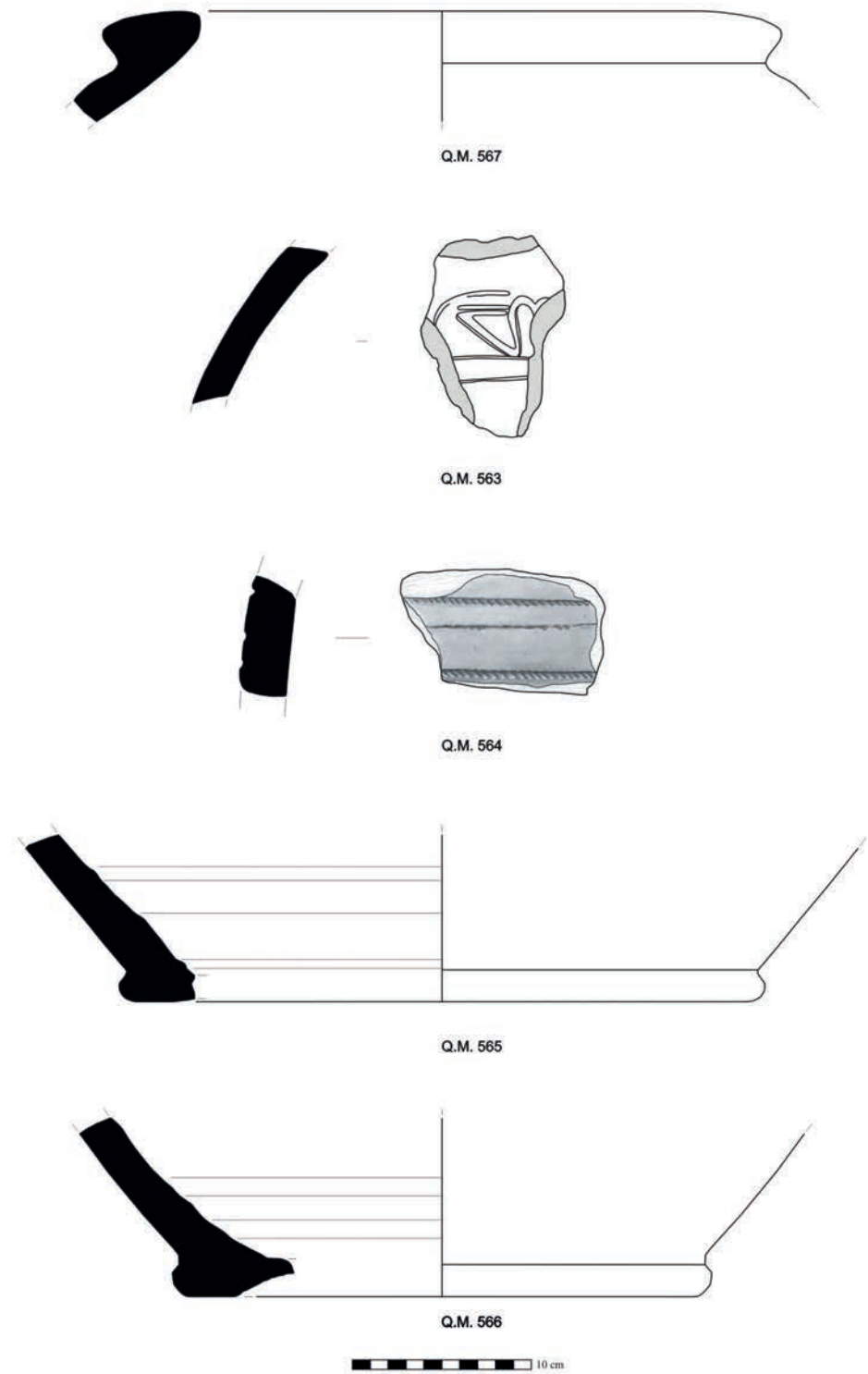
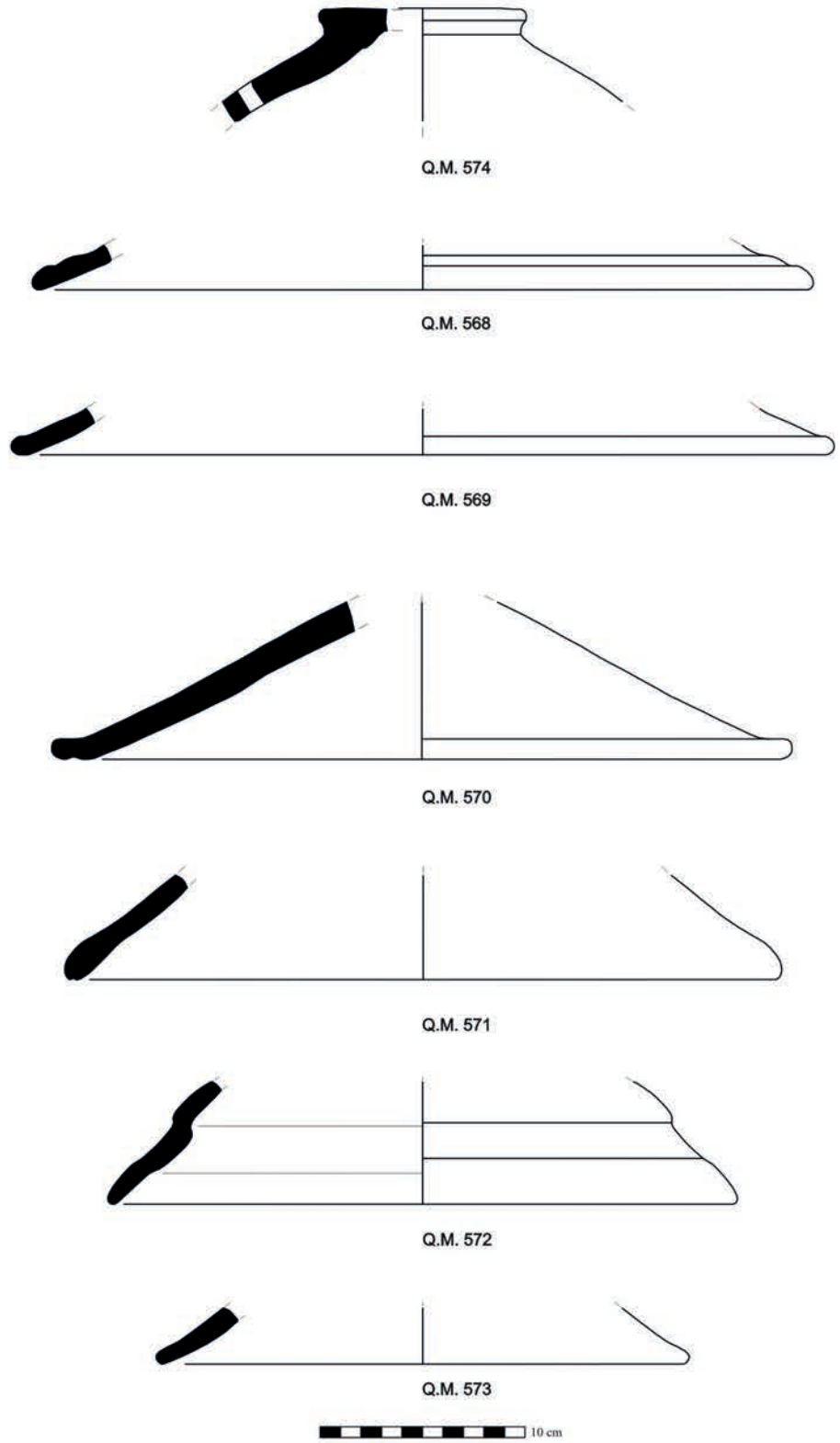


Figura 17
Cerâmica comum romana: Tampas.



5.4. Metais

No conjunto de materiais recolhidos em Quinta de Meca, preserva-se ainda um conjunto de metais, constituído por quatro pregos em ferro, Q.M. 576, Q.M. 577, Q.M. 578 e Q.M. 579 (fig. 18). E por uma cavilha com terminal em gancho de mais difícil enquadramento funcional Q.M. 575 (fig. 18).

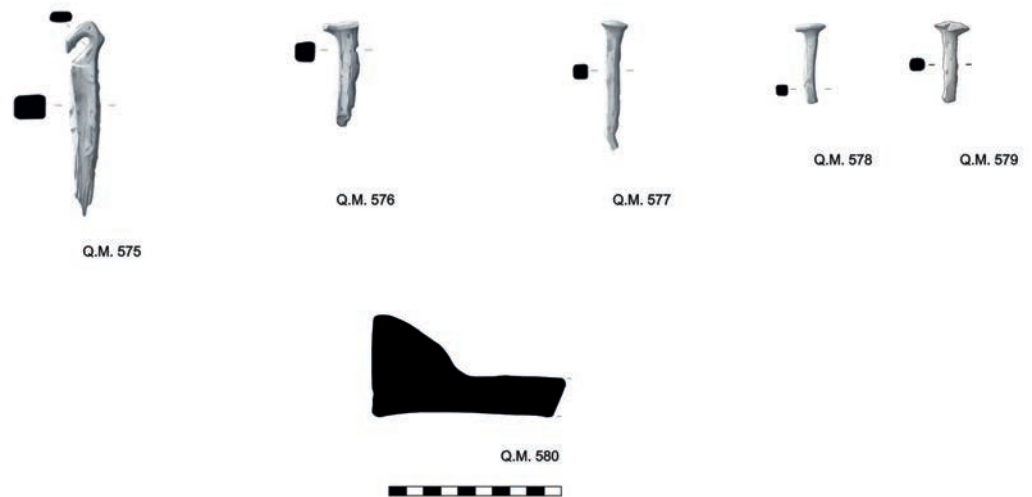


Figura 18
Metais e uma tégula.

5.5. Material de Construção

A par das cerâmicas importadas e de utilização no quotidiano de quem aqui viveu, surgem alguns materiais de construção que nos remetem para as edificações aqui existentes e que só podemos vislumbrar, almejando que um dia escavações arqueológicas as revelem. Surgem dispersos pela área diversos fragmentos de cerâmicas de cobertura quer de meia cana, as *imbrices* romanas, quer as amplas telhas planas de rebordo, as *tegulae*, que compunham as perenes coberturas usuais na arquitetura romana. Destas apresentamos o desenho de um exemplar, Q.M. 580, (fig. 18).

Como acima descrevemos, surgem igualmente dispersos pela área vestígios de argamassa romana indicadores quer de estruturas quer de revestimentos impermeabilizantes que nos remetem para a hipotética presença de tanques de estruturas oficinais, possivelmente de cariz agrícola, quer para eventuais estruturas mais complexas de cariz termal... Destes característicos revestimentos recolheu-se um pequeno mas bem preservado fragmentos de *opus signinum*, figura 20.

Resta referir um diminuto, mas ainda assim significativo fragmento de uma placa de mármore branco, possivelmente destinado a revestimento de um pavimento ou de uma parede e que nos remete para edificações de cariz mais sumptuoso do tipo *Villa*.

Figura 19
Fragmentos de mármore. Fotografia de Henrique Mendes.



Figura 20
Fragmentos de *opus signinum*. Fotografia de Henrique Mendes.



6. Outros dados a ter em conta sobre o local da Quinta de Meca

Ao abordar os vestígios de ocupação romana no sítio de Quinta de Meca é incontornável a referência a um conjunto de evidências romanas situadas nas suas imediações. Antes de mais, o contacto direto e visual com o sítio de Monte dos Castelinhos com o qual conviveu. Tendo em conta a dimensão da ocupação romana do planalto é de supor que Quinta de Meca estaria em dependência e clara articulação deste (Pimenta e Mendes 2012, 2014 e 2018). Por outro lado na vizinha povoação de Cadafais no adro da igreja encontra-se desde há muito um conjunto de elementos arquitetónicos e epigráficos romanos que remetem para a presença de um importante povoamento no vale do rio Grande da Pipa. Qual a sua origem não é de todo fácil de aferir, visto que parece que foram reunidos em torno do espaço sacro da Igreja não tendo necessariamente que ser provenientes deste local. Tendo em conta a dimensão quer das ombreiras quer do lintel em lioz rosa da zona de Sintra, que se preserva na escadaria de acesso á Igreja, (e que devem corresponder a elementos de um mausoléu funerário romano), quer pela qualidade do capitel de estilo corintizante aqui identificado (Fernandes, 2012), é mesmo possível que estes elementos tenham provindo de Monte dos Castelinhos ou das suas necrópoles.

Em relação às duas inscrições romanas aí ainda hoje existentes, correspondem a dois monumentos funerários, nomeadamente a cipos prismáticos em mármore de lioz, (CIL II 288 e CIL II 319), cuja leitura e enquadramento foi alvo de recente reavaliação (Dias e Gaspar, 2013). Tratam-se de dois monumentos datados da segunda metade do século II a.C., um pedestal funerário refere um *M. Fabricius* [---] f. *Gal Marcianus*, a quem *Severa Florilla* se associa e o outro monumento refere *L. Terentius Primitivus* e foi mandado fazer pela sua mãe *Iunia Festina* (Dias e Gaspar, 2013, p.383).

7. Considerações finais

A fecundidade do vale do Tejo, materializada na sua prolífera riqueza aurífera, agrícola, pecuária, piscícola, assim como via de comunicação natural para o interior do território fez com que nas suas margens, desde cedo, se começasse a desenhar uma ocupação humana intensa. Com a conquista romana e a subsequente reorganização territorial, materializou-se no terreno uma ocupação de cariz urbana, com o surgimento de cidades assim como de forma complementar um povoamento complementar de quintas e granjas agrícolas no seu *ager* (Fabião, 2014).

O conhecimento das estratégias de povoamento rurais, paralelo aos grandes centros urbanos de *Felicitas Iulia Olisipo*, de *Praesidium Iulium Scallabis* e dos núcleos secundários tal como *Ierabriga*, encontra-se em linhas gerais traçado, entenda-se a nível de levantamento dos potenciais sítios arqueológicos, veja-se para o mundo rural de Santarém o trabalho de José Quinteira (Quinteira, 1996) e para o de Lisboa o levantamento de Guilherme Cardoso, (Cardoso, 2002). Resulta da sua leitura, um amargo contraste entre o número de sítios conhecidos, e assim inventariados e o profundo desconhecimento que dispomos sobre toda a sua existência. Leia-se cronologias, faseamentos, plantas, funcionalidades etc. A acrescer a isto, temos que ter presente, que apesar de ratificados, na sua grande maioria estas estações arqueológicas não gozam de qualquer protecção, situando-se por inerência natural, em territórios férteis, estes sítios continuam na maioria dos casos a ser explora-

dos do ponto de vista agrícola e com o avanço da exploração dos solos a ser paulatinamente eliminados do nosso conhecimento.

Tendo presente este enquadramento, decidiu-se com este trabalho iniciar uma série de estudos que venha trazer a público os dados existentes sobre algumas das estações na envolvência de Monte dos Castelinhos. Quinta de Meca é um caso interessante de longa diacronia de um sítio rural que aparentemente atravessa todo o período romano e entra pela antiguidade tardia até o século V ou mesmo VI tendo presente o exemplar de ânfora Oriental LRA 5. Tal resiliência não é caso único na área em apreço encontrando equivalência na *Villa* de Sub-Serra em Castanheira do Ribatejo, que aliás perdura até ao período islâmico (Batalha et Al. 2009).

A fundação de Quinta de Meca, parece estar directamente correlacionada com o Monte dos Castelinhos, núcleo central que certamente beneficiaria do aproveitamento agrícola do vale do rio Grande da Pipa. Não deixa de ser pertinente ter presente que as terras, ao redor das cidades, ou no caso em apreço dos *Vicus* constituem uma parte essencial da sua existência sendo o prolongamento natural da parte circunscrita pelo *pomerium* (Guerra, 2003 p.126). A exploração agrícola desse território circundante faz-se necessariamente também, com a participação dos que vivem intra-muros, pois a eles se destina e por eles passa boa parte do que o *ager* produz.

8. Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1975) - *La céramique commune local et régionale*. Paris: Dépositaire: Diffusion E. De Boccard. Vol. V. Fouilles de Conimbriga.
- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Volume II. Fascicule 2. Aris&Phillips, Warminster.
- ALMEIDA, D. F. de (1971) - Notas Sobre Moedas Visigóticas. O Arqueólogo Português, V. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 215-226.
- ALMEIDA, D. F. de (1972) – Inscricões romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In 25.º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Baptista. Boletim Comemorativo. Vila Franca de Xira, p. 151-152.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios. Col. Lección Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- ALMEIDA, R. R. de; VIEGAS, C.; BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2014) – As Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (*Ossonoba*). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In Rui Moraes, Adolfo Fernández Fernández e Maria José Sousa (eds) – *As produções cerâmica de imitação na Hispânia*. *Actas do II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana (Braga, 2013)*. Tomo II, p. 151-160.
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J. e SABROSA, A. (1996) - Complexo fabril romano na Rua Augusta - notícia preliminar. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal e Publicações Dom Quixote, p. 199-214.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005) – As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de arqueologia*. Lisboa. Vol. 8, nº1, p. 279-297.
- BANHA, C. (1992) - As ânforas da *villa* romana de Povos. *Boletim Cultural Cira*. 5. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.49-90.
- BARBOSA, E. (1970) - Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Lisboa 1958*. Volume II. Instituto de Alta Cultura. Lisboa, p. 27-33.
- BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (2009) – *AVilla Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres SA*. Lisboa. EPAL/ Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- BERNI, P.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Dressel 20 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Landscapes*

- of production and consumption. (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>), 23 November, 2016.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16, p. 243-275.
- CARDOSO, G. (2002) - *Aspectos da Romanização do Ager Olisiponensis (Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo presentado por Guilherme Cardoso bajo la Dirección del Prof. E. Cerrillo M. De Cáceres)*. Cáceres. Universidad de Extremadura / Departamento de Historia / Área de Arqueología (policopiado).
- CARDOSO, G. (2015) – *Estudio Arqueológico de La Villa Romana de Freiria*. Tesis Doctoral presentada à Universidad de Extremadura. Policopiado.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In FILIPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 167-178.
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI, P. (2016) - Haltern 70 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>), 08 July, 2016.
- COSTA, M. C. (2012) - Apontamentos sobre a presença romana no Concelho de Alenquer. In *CIRA Arqueologia N.º 1 Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga. A rede Viária romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 115-130.
- DIAS, M. M. e GASPAR, C. (2001) – *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)* [Epigrafia do Território Português I]. Lisboa. Centro de Estudos Clássicos / Faculdade de Letras de Lisboa.
- DIAS, M. M. e GASPAR, C. (2013) – Algumas considerações sobre a onomástica romana na região de *Olisipo: os Fabricii*. In *Vir bonus peritissimus aequae*. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo. Centro de Estudos Arqueológicos, p. 381-387.
- FABIÃO, C. (1993-94) - O Azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. vol. XXXII-XXIII, p. 219-246.
- FABIÃO, C. (2004) - Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”, in Bernal, D.; Lagóstena, L. (eds) *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a. C. –VII d.C.), vol. 1 (Oxford: BAR, 1266), p. 379-410
- FABIÃO, C. (2008) Las ánforas romanas de Lusitania. In: BERNAL CASASOLA, D. & RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores (Cádiz, 2008). Cádiz: UCA, p. 725-745.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio a cima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. *Cira Arqueologia*. N.º 3. Atas do congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, p. 9-24.
- FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comercio tardoantiguo (ssIV-VII) en el Noroeste Peninsular a través del registro cerámico de la Ría deVigo*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 5. Archaeopress.
- FERNANDES, L. (2012) – A decoração arquitetónica de época Romana - aspetos de centralidade/descentralidade entre o *Territorium Olisiponense* e a capital da Lusitânia. *CIRA Arqueologia N.º 1 Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga. A rede Viária romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 131-147.
- GARCÍA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. (2008) – Ánforas de la Bética. In D. BERNAL CASASOLA E A. RIBERA I LACOMBA (eds) – *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad, p. 661-687.
- GARCÍA VARGAS, E.; MARTÍN-ARROYO, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. G. (2016) - Dressel 11 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-11-baetica-coast>), 04 July, 2016.
- GRILO, C. (2017) – A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Os contextos fabris. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 254-271.
- GRILO, C.; SANTOS, C. (2016-2017) – A cerâmica comum da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira. *CIRA Arqueologia N.º 5*. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 86-115.
- GUERRA, A. (2003) – Algumas notas sobre o mundo rural do território olisiponense e as suas gentes. *Mundo Antigo. Economia Rural*, Lisboa: Colibri, p. 123-150.
- HAYES, John W. (1972) – *Late Roman Pottery*, The British School at Rome, Londres.

- HAYES, J. W. (2008) - *Roman pottery. Fine-ware Imports* The Athenian agora: results of excavations conducted by the American School of Classical Studies at Athens 32. Princeton.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MORAIS, R. (2005) – From Oppidum to Dives Bracara: The city trade through the amphorae. In *LRCWI, Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*. Gurt i Esparraguera J.M., Buxeda i Garrigós J., Cau Ontiveros M.A. (ed.). BAR International Series 1340, 2005, p. 55-67.
- NOLEN, J. S. (1985) - *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, J. (1988) - A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) - Os materiais. *Conimbriga*. 27. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 61-140.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) - O *Dolium* Cinerário, com *Skypos* vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer). *Conimbriga*, IX. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 45-74.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007) – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo Scalabbi*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2010-11) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras. Câmara Municipal, p. 591-618.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. *Cira Arqueologia n.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 41-64.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Anejos de Archivo Español de Arqueologia, p. 125-142.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *CIRA Arqueologia N.º 6*. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 127-178.
- PIMENTA, J.; DOMINGOS, J. B. (2015) – O povoamento romano em torno do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 125-134.
- PIMENTA, J.; FABIÃO, C. (no prelo) - Ânforas orientais em Olysiptona (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana. *Simpósio A costa portuguesa no panorama da rota Atlântica durante a época romana*. Peniche, 16 a 18 de Novembro de 2006.
- PINTO, M. A. (2012) – O Forno romano da Pipa. *CIRA Arqueologia N.º 1* Atas da Mesa Redonda de *Olisipo a Ierabriga*. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 158-166.
- PINTO, I. V. (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V. e MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 235-254.
- PINTO, I. V., e SCHMIT, A. (2010) - Cerâmica comum. In *ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.), Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Studia Lusitana*, 5. Mérida, p. 219-443.
- PINTO, I.; ALMEIDA, R.; MAGALHÃES, A.; BRUM, P. (2016) – Lusitanian Amphora at a Fish-Salting Production Centre: Tróia (Portugal). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, p.173-194.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre. Policopiado.
- RAPOSO, J. e DUARTE, A. L. (1996) - O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In *FILIPPE, G. e RAPOSO, J. Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal e Publicações Dom Quixote, p. 249-266.

- RAPOSO, J. M. C.; VIEGAS, C. (2016) - Dressel 14 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-western-lusitania>), 08 July, 2016.
- REMOLÁ VALLVERDÚ, J.A. (2000) – *Las ánforas tardo-antiguas en Tarraco (Hispania Tarraconensis)*. Col·lecció Instrumenta. Vol. 7. Proyecto Amphorae. Bajo los auspicios de la Real Academia de la Historia. Universitat de Barcelona. Barcelona.
- REMOLÁ VALLVERDÚ, J.A. (2013) – Ánforas orientales tardías en Tarraco (siglos V-VII). In M.P. De Hoz y G. Mora (Eds.). *El Oriente griego en la Península Ibérica. Epigrafía e Historia*. Bibliotheca Archaeologica Hispana. 39: Madrid, p. 307-331
- REYNOLDS, P. (1995) - *Trade in the western Mediterranean, AD 400-700: the Ceramic evidence*. Oxford: Archaeopress. *British Archaeological Reports International Series*.
- SABROSA, A.; HENRIQUES, F. R.; CARVALHO, E.; GERMANO, A. (2012) – Os Fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras – Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado – Alenquer). *CIRA Arqueologia N.º 1*. Atas da Mesa Redonda de *Olisipo a Jerabriga*. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 148-157.
- SANTOS, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia orientada pelos Profs. Drs. Carlos Fabião e Catarina Viegas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B. da (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia). Monografias AAP. 1, p. 41-67.
- SILVA, R.B. (2018) - La facies cerámica de *Olisipo* (Lisboa) en el período julio-claudio: una primera aproximación a partir de contextos suburbanos seleccionados. In P. Ruiz Montez, M.V. Peinado Espinosa e M.I. Fernández García (eds.), *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica*. RLAMP- Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 11. Oxford, Archaeopress, p.3-31.
- SILVA, R. B.; DE MAN, A. (2012) – Palácio dos Condes de Penafiel: A significant Late Antique context from Lisbon. In *O Mediterrâneo e o Atlântico – The Mediterranean and the Atlantic*. Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves, 22 a 27 de Outubro d 2012), p. 455-460.
- SILVA, R. B. da; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana. 2. Lisboa, p. 1-16.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 26.
- VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.
- VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I.V. (2016) – Almagro 51C (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c>)